

Em palestra no Sindeleetro, diretor técnico do Dieese fala sobre os desafios do sindicalismo pós-reforma trabalhista

“Reestruturação das entidades sindicais e seu financiamento”, este foi o tema da palestra ministrada nesta segunda-feira, dia 30 de julho, por Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O evento foi realizado no auditório do Sindicato dos Eletricitários do Ceará (Sindeleetro) e contou com a presença diversos sindicatos convidados.

As mudanças na legislação trabalhista, capitaneadas pelo governo golpista Temer, causaram verdadeiro ataque ao movimento sindical brasileiro, dificultando drasticamente a sustentabilidade e a atuação das entidades laborais. É neste cenário que o Dieese, dentro do seu papel de subsidiar as lutas dos trabalhadores por meio de estudos e pesquisas, vem construindo soluções para que o sindicalismo consiga se reinventar frente à crise estrutural das suas entidades.

Sobre as atuais campanhas salariais, as primeiras pós-reforma trabalhista, Ganz afirma que ficaram muito mais difíceis: “São campanhas salariais mais duras e que vão exigir do movimento sindical muito mais preparo e organização para fazer uma resistência que começa agora. Nós estamos passando pelo primeiro ciclo de mesas de negociação, no ano que vem virá outro, e os empregadores farão iniciativas contínuas para retirar direitos – como já fizemos no passado para incluir direitos”, alerta.

Em relação aos reajustes salariais, o diretor avalia que o aspecto econômico é o mais fácil de lidar no momento. “Na grande maioria, as campanhas dos trabalhadores têm conquistado reposição integral de inflação e uma parte razoável, mais de dois terços, tem sido fechada com pequenos ganhos reais de salário. Algumas vezes, esses ganhos são para compensar alguma mudança de uma matéria que o sindicato não queria”.

Outro aspecto destacado pelo diretor técnico do Dieese é a apresentação de uma pauta de negociação pelos próprios empregadores. “É uma pauta de redução de direitos ou de mudança naquilo que está definido no acordo ou convenção coletiva. Essa mudança não vem sendo aceita pelos trabalhadores e o nível de resistência muda em cima de cada caso: há casos em que os trabalhadores resistem a toda a pauta, mas muitas vezes os empregadores têm conseguido produzir mudanças nas convenções. Mas eu diria que predomina um nível de resistência importante no movimento sindical”.